

COOPERATIVAS DE CAFÉ DO CERRADO MINEIRO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Mayara Abadia Delfino dos Anjos¹

Lara Luíza Silva Ferreira²

Marco Antônio Ferreira Inácio³

Ananda Silva Singh⁴

Resumo: Este estudo analisa como as práticas organizacionais das cooperativas cafeeiras do Cerrado Mineiro contribuem para a efetivação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por meio de uma pesquisa documental e qualitativa focada nos relatórios de sustentabilidade e ESG de 2024 das cooperativas Expocacer e Cooxupé, a investigação aborda a conexão entre modelos de governança e a Agenda 2030. Os resultados evidenciam que a profissionalização da gestão e a adoção de estratégias de transparência, ética e *compliance* impactam diretamente o desenvolvimento regional e a inclusão social. Observou-se que as estruturas de governança estudadas, tanto o modelo executivo profissional quanto o cooperativista tradicional, convergem para o fortalecimento da cafeicultura sustentável, atendendo especialmente aos ODS 4, 5, 8, 9, 12 e 16. O estudo conclui que o cooperativismo cafeeiro atua como vetor essencial para a sustentabilidade econômica, social e ambiental no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Cooperativismo; Governança Corporativa; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: This study analyzes how the organizational practices of coffee cooperatives in the Cerrado Mineiro region contribute to the achievement of the Sustainable Development Goals (SDGs). Through qualitative documentary research focused on the 2024 sustainability and ESG reports of the Expocacer and Cooxupé cooperatives, the investigation explores the connection

¹ Mestre em Tecnologias, Comunicação e Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutoranda em Administração, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100, (34) 3239-4132. E-mail: mayara.anjos@ufu.br.

² Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutoranda em Administração, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100, (34) 3239-4132. E-mail: lara.ferreira1@ufu.br.

³ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorando em Administração, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100, (34) 3239-4132. E-mail: marco.inacio@ufu.br.

⁴ Doutora em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora na Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100, (34) 3239-4132. E-mail: ananda.singh@ufu.br.

between governance models and the 2030 Agenda. The results show that management professionalization and the adoption of transparency, ethics, and compliance strategies directly impact regional development and social inclusion. It was observed that the governance structures studied—both the professional executive model and the traditional cooperative model—converge to strengthen sustainable coffee farming, specifically addressing SDGs 4, 5, 8, 9, 12, and 16. The study concludes that coffee cooperatives act as an essential vector for economic, social, and environmental sustainability in contemporary Brazil.

Keywords: Cooperativism; Corporate Governance; Sustainable Development Goals.

1. INTRODUÇÃO

As cooperativas foram responsáveis por nacionalizar a comercialização de produtos agropecuários brasileiros, uma vez que, anteriormente, suas vendas eram controladas por estrangeiros (Hub do Café, 2024). Segundo dados da OCB (2025), ao final de 2024 o Brasil contava com 4.384 cooperativas, mais de 25 milhões de cooperados e 578 mil empregos gerados. No setor agropecuário, havia mais de 1 milhão de cooperados e 268 mil empregados, sendo estas cooperativas responsáveis por 53% da produção de grãos do país (OCB, 2025). Em Minas Gerais, o setor agropecuário contava com 199 cooperativas, 213 mil cooperados, 20 mil empregados e movimentou mais de 52 bilhões de reais (Sistema OCEMG, 2025a).

O café, sendo a segunda bebida mais consumida no mundo, atrás apenas da água (Barrera; Gutiérrez; Orozco-Blanco, 2019), destaca-se no Brasil, seu maior produtor mundial (Vartan, 2023). No estado de Minas Gerais, a produção de café representou 51,8% do total nacional em 2024, sendo que 27% de cada 100 xícaras consumidas no país provêm de cooperativas (Hub do Café, 2024). As cooperativas cafeeiras representam 26,6% do total de cooperativas agropecuárias de Minas Gerais, concentrando 49,4% dos cooperados do setor e 45,5% dos empregados em cooperativas agropecuárias do Estado, com movimentação econômica de 35,7 bilhões de reais em 2024, crescimento de 128% nos últimos cinco anos. Destacam-se, entre elas, a Cooxupé, Cocatrel, Coagril, Expocacer, Capebe, Coopadap, Coopama, Coocafé e Coopercam como as de maior movimentação econômica (Sistema OCEMG, 2025a, b).

As cooperativas cafeeiras surgiram como resposta à necessidade dos pequenos e médios produtores de unir forças para superar desafios e alcançar objetivos comuns. Por meio do cooperativismo, esses produtores conseguem competir no mercado global, agregar valor ao produto, otimizar processos, reduzir custos, compartilhar conhecimentos e experiências, e adotar boas práticas agrícolas e métodos sustentáveis de produção, gerando valor econômico, social e ambiental (Costa, 2023).

Nesse contexto, o cooperativismo cafeeiro promove impactos sociais e culturais, favorecendo a coesão social entre produtores, fortalecendo o senso de comunidade em contextos de vulnerabilidade (Almaraz et al., 2019) e contribuindo indiretamente para o crescimento do turismo cafeeiro (Tavares; Oliveira, 2023). Além disso, sob a perspectiva ambiental, as cooperativas estimulam práticas produtivas mais sustentáveis, viabilizadas pelo uso de inovações tecnológicas e treinamentos contínuos, contribuindo para a preservação dos recursos naturais e para a eficiência da produção agrícola (Almaraz et al., 2019). Dessa forma, o propósito das cooperativas, incluindo as cafeeiras, alinha-se claramente aos princípios de sustentabilidade, contemplando dimensões econômica, social e ambiental (Ardeleanu; Petrariu, 2012; Emas, 2014; Schneider, 2015).

A Região do Cerrado Mineiro abrange 55 municípios e uma área cultivada de aproximadamente 234 mil hectares, produzindo em média seis milhões de sacas de 60 kg por ano. A região conta com o selo de origem e qualidade que atesta que os lotes comercializados possuem certificação, o que faz com que a região seja reconhecida por sua excelência na produção de cafés de origem controlada e que respeita os princípios da sustentabilidade (CCCMG, 2025).

A literatura aponta estudos que investigaram a sustentabilidade em cooperativas (Bridi; Medeiros, 2018), bem como o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento sustentável (Camargo et al., 2024), práticas da Agenda 2030 em uma cooperativa de crédito (Faé; Deggerone, 2024) e como princípios cooperativistas se alinham aos ODS em uma cooperativa de crédito (Silva et al., 2022). Entretanto, estudos que investiguem cooperativas cafeeiras sob o prisma dos ODS, e, especificamente na Região do Cerrado Mineiro, não foram localizados. Dessa forma, propõe-se a questão deste artigo: de que forma as práticas desenvolvidas pelas cooperativas cafeeiras do Cerrado Mineiro contribuem para a efetivação dos ODS na região? O objetivo do artigo é analisar como as práticas organizacionais das cooperativas cafeeiras do Cerrado Mineiro contribuem para a efetivação dos ODS na região.

Esta lacuna sinaliza a necessidade de compreender os mecanismos pelos quais as práticas organizacionais dessas cooperativas se articulam com as dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pela Agenda 2030. A relevância desta pesquisa decorre da importância estratégica das cooperativas de café para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável de Minas Gerais e, em especial, do Cerrado Mineiro. Assim, a investigação mostra-se pertinente tanto para o avanço do conhecimento científico quanto para o fortalecimento de estratégias organizacionais alinhadas à Agenda 2030.

2. COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo no Brasil teve início no final do século XIX, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, voltada para o consumo de produtos agrícolas, experiência que rapidamente se difundiu para outras localidades (Magalhães et al., 2025). Há registros da criação de uma cooperativa agrícola mista em Panambi, no Rio Grande do Sul, entre 1905 e 1906, ao passo que em Minas Gerais as primeiras cooperativas agropecuárias surgiram por volta de 1907 (Gregolin; Souza, 2021; Pires, 2004). Essas iniciativas foram acompanhadas pela expansão em estados como São Paulo e novamente no Rio Grande do Sul, notadamente em áreas de colonização alemã, italiana e japonesa (Willers, 2015).

Não obstante esse processo pioneiro de implementação, o desenvolvimento do cooperativismo brasileiro não ocorreu de forma homogênea no território nacional. Os avanços variaram de acordo com as macrorregiões, apresentando diferenças quanto ao tipo de cooperativa e à sua quantidade (Matos; Lima; Santos, 2022), o que pode ser explicado pelas desigualdades no acesso a recursos, crédito, assistência técnica, canais de comercialização e serviços de consumo (Schneider; Tartaruga, 2004). Essas distinções também se relacionam à forte presença de imigrantes europeus e japoneses, sobretudo no Sul e no Sudeste, cujas experiências prévias em práticas associativistas serviram de base para a consolidação de um cooperativismo estruturado em princípios de competitividade (Silva et al., 2003).

Diante dessa evolução histórica gradual e heterogênea, a consolidação jurídica do cooperativismo no Brasil ocorreu com a promulgação da lei nº 5.764/1971, que definiu as cooperativas como sociedades de pessoas e estabeleceu princípios fundamentais, como a adesão voluntária e a gestão democrática, além de regulamentar sua representação por meio da Organização das Cooperativas Brasileiras (Brasil, 1971; Magalhães et al., 2025). Essa legislação também determinou o número mínimo de 20 sócios para a constituição de uma cooperativa e consolidou a OCB como instância representativa nacional (Oliveira; Silva, 2023).

A partir dessa base legal estruturada, torna-se relevante destacar que o cooperativismo deve ser entendido como uma alternativa organizacional de alcance mundial, voltada à promoção de atividades econômicas e sociais de forma legalmente constituída, ofertando produtos e serviços destinados prioritariamente a seus associados (Silva et al., 2023). Além disso, o propósito central dessas entidades não é a maximização do lucro, mas sim a melhoria da qualidade de vida de seus membros, o que se sustenta em valores como democracia, igualdade, solidariedade, ajuda mútua, equidade e responsabilidade (Oliveira; Silva, 2023).

Complementarmente a esses valores fundamentais, os princípios cooperativistas constituem a base normativa e ética sobre a qual se sustenta o movimento, uma vez que são eles que orientam a conduta das cooperativas e se revelam fundamentais para o seu desenvolvimento (Matos; Lima; Santos, 2022). Esses princípios foram inicialmente reconhecidos como “regras de ouro”, originadas na Cooperativa de Rochdale em 1844, cujo objetivo era estabelecer valores e práticas sociais e organizacionais próprias do modelo cooperativo (Oliveira; Silva, 2023). No entanto, em 1995, Aliança Cooperativa Internacional (International Cooperative Alliance - ICA) redefiniu esses fundamentos, estabelecendo diretrizes universais ainda vigentes no movimento cooperativista contemporâneo (Baraibar-Diez; Sotorrío, 2018). Assim, os princípios atualmente reconhecidos são: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade (Baraibar-Diez; Sotorrío, 2018).

No contexto brasileiro contemporâneo, o cooperativismo é agrupado em 8 ramos, sendo eles o de agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, seguros, transporte e, por fim, o de trabalho, produção de bens e serviços (OCB, 2025).

Considerando especificamente o ramo agropecuário, que se constitui como objeto central desta investigação, as primeiras iniciativas do cooperativismo agropecuário no Brasil remontam ao início do século XX, especialmente com as experiências de crédito rural desenvolvidas no Rio Grande do Sul (Gregolin; Souza, 2021). Entretanto, foi apenas a partir da década de 1930 que se observou o desenvolvimento e a consolidação efetiva das cooperativas agrícolas no país, inicialmente com a criação de cooperativas de consumo e, em seguida, as de crédito rural (Souza, 2009). Esse movimento possibilitou que, ainda nos primeiros anos da República, o cooperativismo se expandisse gradualmente no meio produtivo rural brasileiro (Gregolin; Souza, 2021).

Dessa trajetória evolutiva resulta que, no setor agropecuário, o cooperativismo tem se consolidado como um instrumento para promover a racionalização econômico-produtiva, ampliar o acesso a crédito e insumos, além de apoiar a atuação do Estado no desenvolvimento agrícola (Souza, 2009). Sua relevância também se evidencia no impacto econômico, uma vez que as cooperativas agrícolas desempenham papel central no controle e na produção das principais *commodities* do país, influenciando diretamente o Produto Interno Bruto (PIB) do setor, sobretudo nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, onde contribuem para o aumento do valor bruto da produção (Neves; Castro; Freitas, 2019). Além disso, observa-se que a presença de cooperativas está associada ao crescimento da renda agrícola líquida municipal, já que o incremento da produção supera os custos adicionais gerados (Neves; Castro; Freitas, 2019).

Por fim, além da dimensão econômica mencionada, o cooperativismo também representa um mecanismo de resistência das comunidades rurais frente às crises do setor, constituindo-se como elemento central no processo de modernização agrícola no Brasil (Souza, 2009).

3. COOPERATIVAS, SUSTENTABILIDADE E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No setor cafeeiro, as cooperativas desempenham papel central na estabilidade econômica dos produtores, ao oferecer plataformas de negociação coletiva que reduzem a volatilidade dos preços frente às oscilações do mercado global e aos choques climáticos (Carvalho et al., 2017; Nazaruiddin et al., 2022). Em regiões como o Sul e o Sudoeste de Minas Gerais, essas organizações também contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento econômico local e regional, integrando a produção de café a outras atividades econômicas e transformando a dinâmica produtiva dessas áreas (Toledo, 2019).

Essa abordagem multidimensional do cooperativismo cafeeiro converge com os preceitos do desenvolvimento sustentável, cujo propósito fundamental consiste em equilibrar crescimento econômico, equidade social e proteção ambiental, sem comprometer as necessidades das gerações futuras (Ardeleanu; Petrariu, 2012; Emas, 2014; Schneider, José Odelso, 2015). O marco conceitual da Agenda 2030 da ONU reforça essa visão ao estabelecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como compromissos globais para erradicar a pobreza, promover a justiça social e garantir a sustentabilidade ambiental até 2030 (Dutt, 2022).

Diante desse panorama, as cooperativas representam formas organizacionais de relevância para o desenvolvimento sustentável, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas a práticas que estimulam a preservação ambiental, a proteção dos patrimônios dos cooperados e a manutenção de relações equilibradas com a natureza (Schneider, 2015). Essa vocação sustentável das cooperativas tem raízes históricas, pois, além de sua função socioeconômica, o cooperativismo é fundamentado em princípios que orientam a gestão democrática, a corresponsabilidade dos membros e a busca por justiça social, já que desde os primeiros pensadores do movimento, havia a defesa da solidariedade em detrimento da competição, da emancipação da classe trabalhadora e da concepção de lucro como meio de realização coletiva, e não como um fim em si mesmo (Cook; Burress, 2009; Mladenatz, 2003).

Especificamente no contexto agrícola, esse alinhamento com a sustentabilidade é igualmente evidente, visto que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization - FAO) propõe diretrizes para a transição de sistemas agroalimentares em direção à sustentabilidade, equilibrando as dimensões social, econômica e ambiental, enquanto o (Climate Bonds Initiative, 2020) define princípios como a proteção dos recursos naturais, a geração de empregos, o fortalecimento da resiliência comunitária e a adaptação da governança a novos desafios (Climate Bonds Initiative, 2020; FAO, 2020; Krug; Padula; Waquil, 2024).

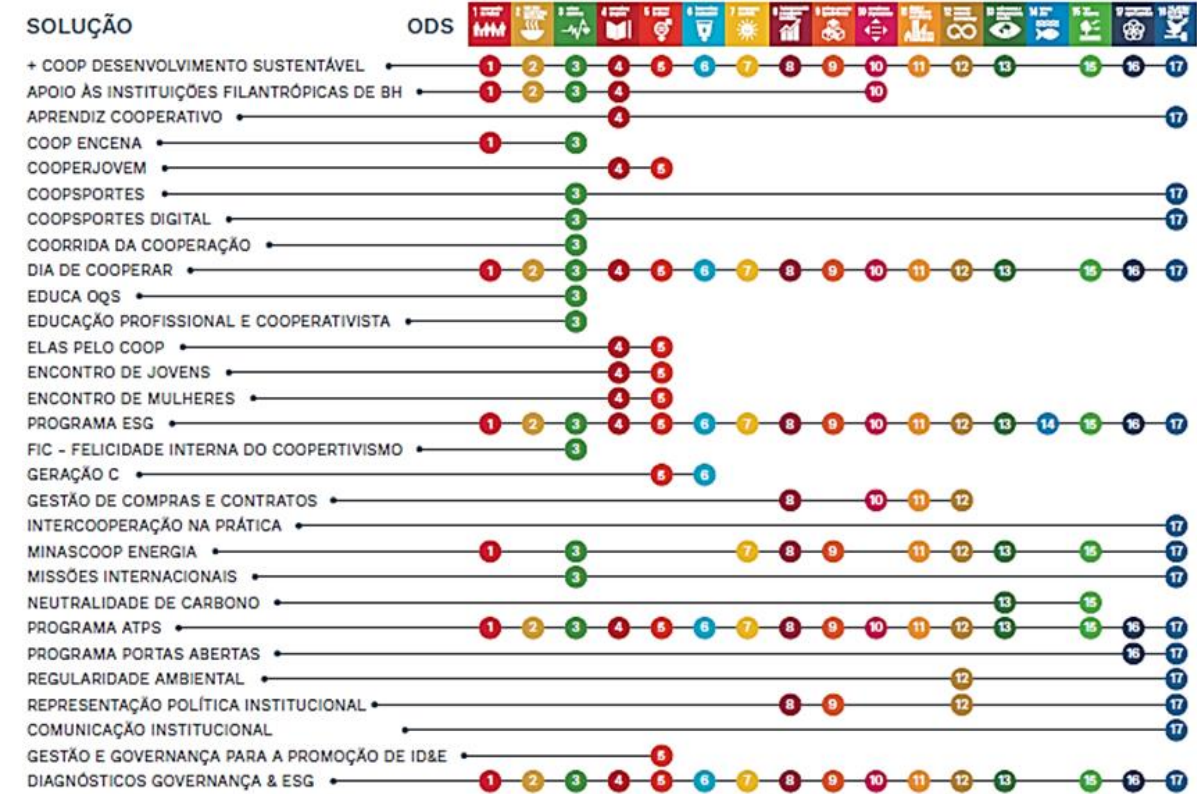
Reconhecendo essa sinergia natural entre cooperativismo e sustentabilidade, a Agenda 2030, por meio do documento oficial *Transformando Nosso Mundo*, reconhece a contribuição das cooperativas na implementação da Agenda e as incentiva a “aplicar sua criatividade e inovação na resolução dos desafios do desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, p. 41). Contudo, não existem metas ou indicadores específicos para as cooperativas, o que dificulta o acompanhamento, a medição e a apresentação de resultados relacionados aos ODS (Iyer, 2020).

Para suprir essa lacuna, em 2016, a ICA implementou a iniciativa *Coops for 2030* (ICA, 2016), com o objetivo de promover a compreensão dos ODS entre as cooperativas e contribuir para seu alcance. A plataforma destaca o papel estratégico das cooperativas dentro do setor privado, oferecendo a oportunidade de atuarem como parceiras de organizações globais, nacionais, regionais e locais na promoção do desenvolvimento sustentável (ICA, 2016).

Os reflexos dessa iniciativa podem ser observados no cenário brasileiro, uma vez que dados do Anuário do Cooperativismo no Brasil em 2024 evidenciam que em 2023 mais de 10 mil iniciativas foram tomadas pelas cooperativas para o alcance dos 17 ODS e em 2024 este número chegou a mais de 11 mil iniciativas, corroborando o compromisso destas instituições com o pacto global (OCB, 2025). O estado de Minas Gerais figurou com 446 iniciativas, 329 cooperativas envolvidas, 19515 voluntários e 429 cidades envolvidas (OCB, 2025).

Em consonância com esses dados nacionais, os dados do Relatório de Sustentabilidade 2023-2024 do SISTEMA OCEMG, (2025c) demonstram os diversos temas que vêm sendo trabalhados nas cooperativas por meio dos quais têm sido possível o alcance dos princípios do pacto global e dos ODS: ética e integridade corporativa (ODS 8 e 16), cultura cooperativista (ODS 4, 16 e 17), educação cooperativista (ODS 4, 16 e 17), gestão de riscos (ODS 16), política institucional de sustentabilidade (ODS 16), inovação (ODS 9 e 17), diversidade e inclusão interna (ODS 5), prosperidade econômica e transformação social (ODS 8, 10, 1, 2, 9, 12 e 17), dentre outros. Ademais, outras soluções estão sendo propostas e abordadas para o cooperativismo mineiro, como demonstrado na Figura 1:

Figura 1 - Práticas adotadas por cooperativas mineiras e sua relação com os ODS



Fonte: Relatório de Sustentabilidade do Sistema OCEMG (2023-2024).

Todas estas iniciativas demonstram o compromisso cooperativista e o alinhamento aos princípios e metas estabelecidas pelos ODS a nível mundial, traduzidos de forma concreta para o contexto brasileiro e mineiro.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem por objetivo analisar as práticas organizacionais das cooperativas cafeeiras do Cerrado Mineiro que concorrem para o alcance dos ODS e, para tanto, foi realizada uma pesquisa documental e descritiva, com análise qualitativa dos dados coletados nos relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais das cooperativas de café relacionados ao ano de 2024, alinhando-se às orientações de Creswell (2010) e Gil (2008) sobre triangulação de fontes.

Os dados foram obtidos exclusivamente a partir de documentos públicos e oficiais: relatórios de sustentabilidade e ESG (*Environmental, Social and Governance*) referentes ao ano de 2024, disponibilizados por duas cooperativas de café (Expocacer e Cooxupé) em seus sites oficiais.

A escolha das cooperativas Cooxupé e Expocacer se dá pela representatividade e relevância que ambas possuem no contexto da cafeicultura brasileira, especialmente no

Triângulo Mineiro e regiões vizinhas. Cooxupé é reconhecida por seu papel pioneiro tanto em número de cooperados quanto na produção e exportação de café, incluindo pequenos produtores familiares, consolidando-se como referência em organização e resultados. Expocacer, por sua vez, apresenta um perfil inovador na gestão, destacando-se pelo modelo profissionalizado de governança e pelo foco em sustentabilidade, qualidade e abertura de mercado para cafés especiais. Ao estudar essas duas cooperativas, é possível analisar realidades complementares e dinâmicas distintas do cooperativismo, comparar iniciativas de governança e práticas de responsabilidade socioambiental, além de compreender impactos concretos para os produtores locais e para o desenvolvimento regional. Essa seleção permite um olhar abrangente sobre desafios e oportunidades vividos por diferentes perfis de cooperativas, aproximando teoria e prática na experiência do setor cafeeiro.

A coleta documental foi feita por meio de acesso ao site oficial, download e assegurando a integridade das informações e o foco nos indicadores relacionados às práticas ESG, governança, desempenho econômico, social e ambiental.

A análise contemplou a avaliação de conteúdos textuais dos relatórios, destacando práticas de governança participativa, transparência, responsabilidade social e ambiental, em consonância com princípios cooperativistas (Cunha et al., 2021; ICA, 2012). Os dados foram cruzados com referências teóricas para validar e interpretar os resultados no contexto do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável (Magalhães et al., 2025; Schneider, 2015).

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse estudo, realizou-se uma análise dos relatórios de sustentabilidade e ESG, do ano de 2024, das cooperativas de café da região do Cerrado Mineiro, Expocacer e Cooxupé. Expocacer e Cooxupé são duas cooperativas de café com histórias sólidas e importância destacada para a região do Triângulo Mineiro e os cafeicultores brasileiros.

A Expocacer teve seu início em 1993, com a união de 50 produtores para a criação de um condomínio de armazenamento em Patrocínio, no Triângulo Mineiro. Desde então, expandiu sua capacidade logística para mais de 800 mil sacas e atendendo atualmente cerca de 700 cooperados em 55 municípios, com forte atuação no Alto Paranaíba e Cerrado Mineiro. A cooperativa é reconhecida por seu papel econômico, social e ambiental na região, destacando-se na exportação de cafés especiais para 29 países e na promoção do desenvolvimento regional por meio da cafeicultura sustentável e inovação. Além disso, participa da criação da Rota do

Café do Cerrado, integrando cultura, turismo e valorização da identidade local (EXPOCACCER, 2025).

Já a Cooxupé, fundada em 1932 como cooperativa de crédito e transformada em 1957 para focar no café, tornou-se a maior cooperativa de café do mundo, abrangendo mais de 19 mil famílias cooperadas. Com sede em Guaxupé, essa cooperativa atende mais de 300 municípios nas regiões Sul de Minas, Cerrado Mineiro e Vale do Rio Pardo. A Cooxupé realiza exportações para 50 países, destacando-se pela qualidade e diversidade dos cafés produzidos, incluindo cafés especiais certificados, e pela forte inserção da agricultura familiar, que compõe a maioria dos cooperados. Ela ainda diversifica suas ações com torrefação própria, apoio técnico e projetos inovadores. Seu impacto econômico e social é vasto, empregando milhares de trabalhadores e valorizando os pequenos produtores. A cooperativa possui uma de suas unidades na cidade de Monte Carmelo – MG, localizada na região do Triângulo Mineiro (COOXUPÉ, 2025).

Ambas as cooperativas desempenham papel no fortalecimento da cafeicultura regional, na geração de renda para milhares de produtores familiares e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades no Triângulo Mineiro e entorno, além de impulsionarem o café brasileiro no mercado global através de práticas sustentáveis e de governança (COOXUPÉ, 2025; EXPOCACCER, 2025).

Na tabela 1, é possível analisar a relação entre os critérios de governança das cooperativas Expocacer e Cooxupé apresentados e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) alcançados por meio dessas práticas, considerando o contexto do cooperativismo de café e os relatórios ESG de 2024:

Tabela 1 – Comparação e relação entre critérios de governança e ODS

Critério	Expocacer	Cooxupé	ODS Relacionados
Modelo de Governança	Profissionalizada, com diretores contratados, diretoria executiva segmentada por área	Estruturada com Assembleia, Conselho de Administração eleito entre cooperados, com foco em colegiados	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)
Conselho de Administração	7 membros eleitos em Assembleia, mandato 3 anos, sem remuneração fixa (cédula de presença)	9 membros eleitos, mandato 4 anos com renovação parcial, remunerados conforme estatuto	ODS 16 (Instituições Eficazes), ODS 5 (Igualdade de Gênero - presença democrática)
Presidência	Presidente do Conselho institucional; Diretor Executivo não cooperado	Diretor-presidente e vice-presidente membros do Conselho; gestão responde à Assembleia	ODS 16 (Governança institucional e transparência)
Comitês e Auditorias	Comitês temáticos (ESG, Financeiro, RH etc.); auditoria interna e externa independentes	Comitês de apoio (ESG, Ética, Riscos etc.); auditorias recorrentes; canal de ouvidoria e compliance	ODS 16 (Instituições eficazes e combate à corrupção), ODS 12 (Consumo e produção responsáveis)

Gestão de Riscos/Compliance	Políticas de compliance atualizadas; auditoria interna ativa	Comitê de Estratégia e Risco; programa robusto de compliance; canal de denúncias; treinamentos éticos	ODS 16 (Paz, Justiça, Instituições eficazes), ODS 3 (Saúde e Bem-estar - ambiente de trabalho ético)
Políticas de Remuneração	Plano de cargos e salários variável conforme metas; cédula de presença para conselheiros	Remuneração definida em Assembleia, critérios claros no estatuto	ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS 10 (Redução das desigualdades)
Capacitação e Avaliação	Qualificação em governança para conselheiros; avaliação e pesquisa de satisfação anual	Capacitação pelo Sistema Ocemg/Sescoop; avaliação pela Assembleia; auditorias influenciam decisões	ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero na participação)
Transparência e Ética	Políticas públicas à colaboradores; canal ouvidoria externo; gestão independente de conflitos	Documentação extensa (Estatuto, Código Ética, Manual Anticorrupção); canal ouvidoria estruturado	ODS 16 (Transparência, Instituições eficazes, Combate à corrupção)
Proteção de Dados	Comitê e DPO dedicados; treinamento em LGPD; zero incidentes	Programa estruturado de privacidade; políticas para todos os públicos; Data Loss Prevention ativo; zero vazamentos	ODS 16 (Instituições eficazes), ODS 9 (Inovação e infraestrutura sustentável)

Fonte: Dados da Pesquisa (2025).

Essas práticas governamentais demonstram integração dos princípios cooperativistas com a agenda de sustentabilidade global, contribuindo para: 1) O desenvolvimento econômico sustentável e emprego estável (ODS 8); 2) Instituições transparentes, responsáveis e democráticas (ODS 16); 3) Promoção da educação, capacitação contínua e igualdade de gênero (ODS 4 e 5); 4) Incentivo à inovação, proteção ambiental e responsabilidade social (ODS 9 e 12).

Assim, esses modelos de governança das cooperativas cafeeiras fortalecem tanto o desempenho organizacional quanto o impacto positivo nas esferas sociais, econômicas e ambientais, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável conforme reportado em 2024.

A Expocacer aposta em uma gestão executiva profissional, trazendo diretores não-cooperados contratados pelo Conselho de Administração, enquanto Cooxupé mantém a tradição do cooperativismo, elegendo entre os próprios cooperados seus administradores. As duas possuem conselhos e comitês atuantes, mas a Expocacer enfatiza sua separação entre governança (conselho) e gestão (diretoria executiva), enquanto a Cooxupé integra seus superintendentes no núcleo decisório.

Ambas as cooperativas enfatizam ética, transparência, prevenção à corrupção e compliance, mas a Expocacer destaca forte atuação da auditoria interna independente, enquanto

a Cooxupé investe em políticas integradas de ética, ouvidoria e compliance conectando-se diretamente à alta direção e à Assembleia.

A Expocacer valoriza transparência na remuneração, com variável atrelado a metas e avaliações abertas, e conselheiros não remunerados além de cédulas por presença. Cooxupé tem processos claros de remuneração validados em Assembleia e participação em programas de desenvolvimento cooperativista pelo sistema Ocemg. Ambas estão plenamente adequadas à LGPD, com comitês específicos, processos claros de controle e nenhum incidente reportado em 2024.

Dessa forma, as duas cooperativas implementam governança robusta e transparentes, alinhadas a padrões internacionais e exigências regulatórias brasileiras. O diferencial está na profissionalização da diretoria da Expocacer, criando uma separação mais moderna entre governança e gestão, e no modelo cooperativista clássico e participativo da Cooxupé, fortalecendo o elo entre gestores e cooperados.

Em 2023, a Cooxupé desenvolveu sua matriz de materialidade para melhor compreender os desafios e oportunidades ligados às suas operações. Esse instrumento destacou os tópicos prioritários para a implementação da gestão ESG na cooperativa, avaliando impactos significativos tanto no âmbito interno quanto externo (Cooxupé, 2025).

A elaboração da matriz recebeu suporte de uma consultoria especializada em estratégias ESG e envolveu a aplicação de questionários impressos e digitais — disponíveis em português e inglês — direcionados a oito grupos-chave de stakeholders, identificados em conjunto com o Comitê ESG da organização. Dentre os públicos consultados, destacaram-se os colaboradores, diretores e conselheiros (representando a perspectiva interna) e os cooperados, clientes nacionais e internacionais, fornecedores externos e instituições financeiras (correspondendo à visão externa) (Cooxupé, 2025).

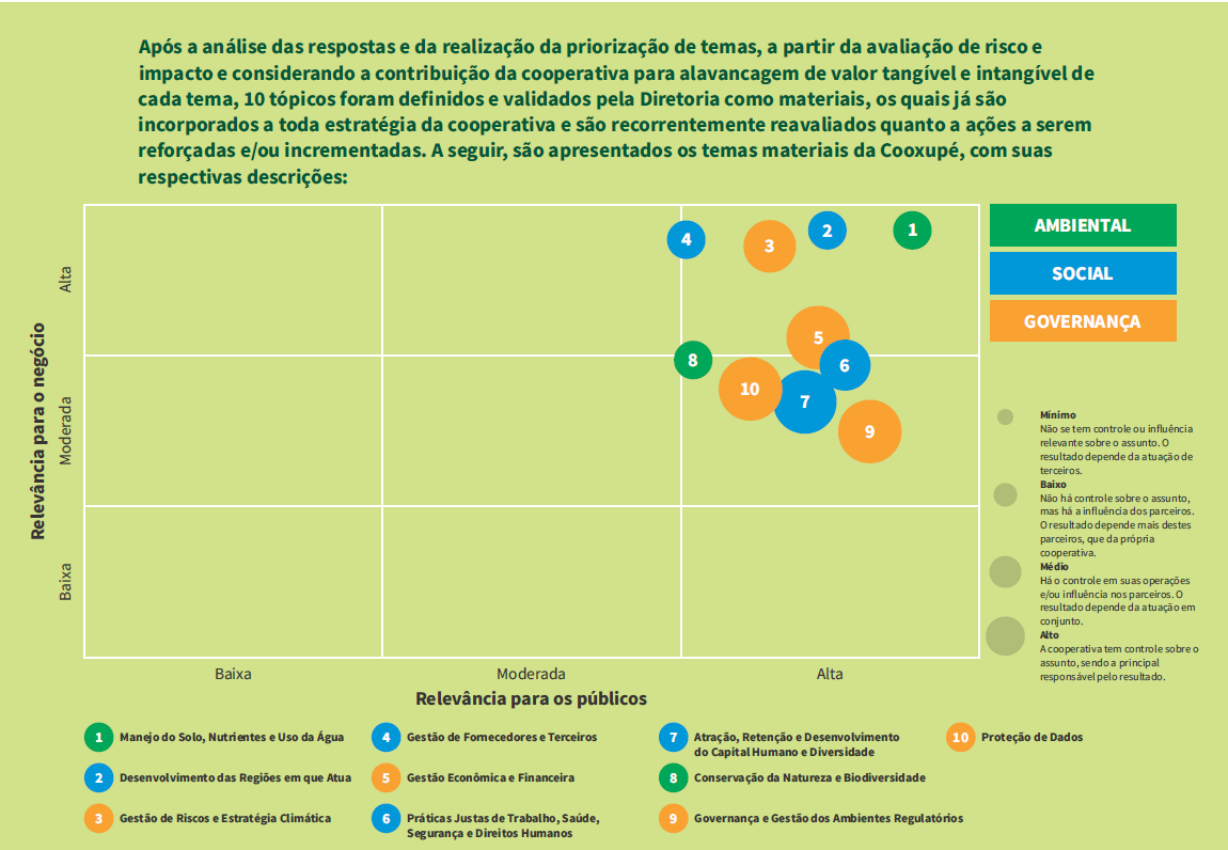
O instrumento de coleta abrangeu 24 temas essenciais ao negócio, escolhidos com base em critérios de relevância setorial propostos por padrões como Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, Sistema B e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa fase foi enriquecida por uma análise comparativa com líderes do setor cafeeiro e outras cooperativas agrícolas especializadas em café (Cooxupé, 2025).

No total, foram coletadas 1.616 respostas, sendo 625 provenientes do público interno e 991 do externo. Os cooperados lideraram com 57% das contribuições, seguidos por 38% de colaboradores, 1% de clientes nacionais e 1% de terceiros (Cooxupé, 2025). O resultado pode ser visualizado na Figura 2.

A matriz de materialidade da Cooxupé (2023) prioriza oito temas ESG no quadrante de alta relevância para stakeholders e impactos organizacionais, com ênfase em pilares ambientais como gestão de resíduos sólidos e líquidos (tratamento de efluentes e reciclagem de subprodutos cafeeiro), conservação do solo (prevenção de erosão via curvas de nível), nutrição e adubação (fertilização precisa para minimizar lixiviação) e eficiência hídrica (otimização irrigacional). Esses elementos respondem aos desafios da cafeicultura tropical, alinhando-se a padrões GRI e SASB, e promovem resiliência climática por meio de práticas regenerativas que reduzem emissões e preservam recursos naturais (Cooxupé, 2025).

Complementarmente, os aspectos sociais e de governança incluem relações com comunidades (capacitação local), gestão de talentos (desenvolvimento humano e retenção), governança e ética (compliance e transparência), eficiência energética (redução de consumo operacional) e rastreabilidade da cadeia (blockchain para certificação). Essa configuração estratégica, validada por benchmarking setorial, orienta ações para 2025, fortalecendo a competitividade da cooperativa em mercados globais sustentáveis e contribuindo para os ODS 12, 13 e 15 (Cooxupé, 2025).

Figura 2 – Temas Materiais Cooxupé

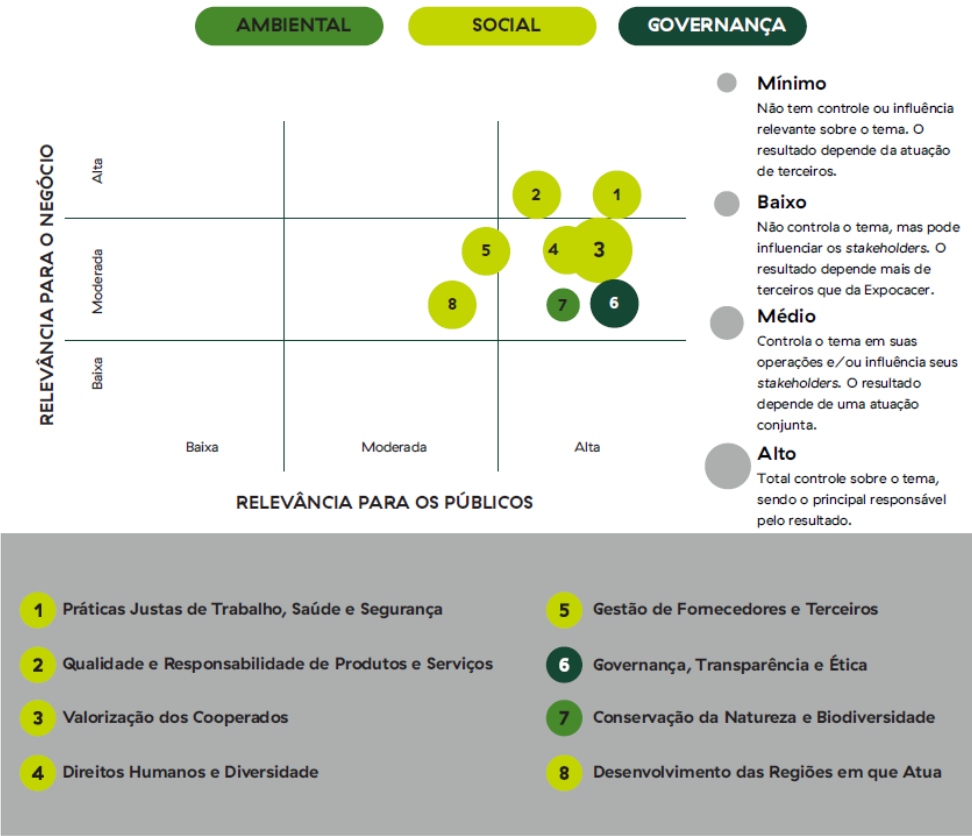


Fonte: Cooxupé (2025)

Em 2023, a Expocacer elaborou sua Matriz de Materialidade com assessoria especializada em estratégias ESG, por meio de um diagnóstico abrangente que revelou as demandas e expectativas dos stakeholders. O processo integrou duas abordagens principais: entrevistas aprofundadas com a alta direção e surveys digitais direcionados a múltiplos atores estratégicos (Expocacer, 2025).

A análise contemplou stakeholders internos (como colaboradores, diretores e conselheiros) e externos, incluindo cooperados, clientes diversificados (cafés commodity, industrializados e especiais), fornecedores, prestadores de serviços e instituições financeiras. Essa consulta ampla permitiu identificar práticas consolidadas, vulnerabilidades, riscos e tendências em sustentabilidade. Consequentemente, foram delineados oito temas materiais prioritários, distribuídos entre as dimensões ambiental (seis), social (nove) e governança (cinco), além de aspectos transversais como sustentabilidade na cadeia de suprimentos, todos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, conforme figuras 3 e 4 (Expocacer, 2025).

Figura 3 – Matriz de Materialidade Expocacer



Fonte: Expocacer (2025)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um chamado global à ação para erradicar a pobreza, salvaguardar o meio ambiente e promover paz e prosperidade universal, conforme delineado na Agenda 2030 da ONU.

A Expocacer, ao mapear seus temas materiais prioritários, identificou ODS específicos associados a cada dimensão estratégica, integrando-os ao longo de seu relatório de sustentabilidade para orientar decisões impactantes. Esse alinhamento permite compreender bidirecionalmente os efeitos sobre stakeholders, fomentando iniciativas precisas que atendem às demandas reais dos públicos enquanto contribuem para metas globais de desenvolvimento sustentável.

Figura 4 – Temas Materiais versus ODS

TEMAS MATERIAIS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Práticas Justas de Trabalho, Saúde e Segurança	  
Qualidade e Responsabilidade de Produtos e Serviços	
Valorização dos Cooperados	 
Direitos Humanos e Diversidade	 
Gestão de Fornecedores e Terceiros	 
Aprimoramento da Governança, Transparência e Ética	 
Conservação da Natureza e Biodiversidade	  
Desenvolvimento das Regiões em que Atua	 

Fonte: Expocacer (2025)

A estratégia ESG da organização estrutura-se em oito frentes de atuação interconectadas: valorização de colaboradores e cooperados (bem-estar e eficiência relacional); gestão sustentável de fornecedores e terceiros (abrangendo logística e governança na cadeia); conservação da natureza e biodiversidade (monitoramento ambiental e capacitação rural); qualidade e responsabilidade em produtos/serviços (melhoria da experiência do cliente); promoção de direitos humanos e diversidade (igualdade em toda a cadeia de valor); aprimoramento de governança, transparência e ética (conformidade e mitigação de riscos); e desenvolvimento regional (educação e ações sociais comunitárias). Essas frentes operacionalizam práticas sustentáveis, fortalecendo a resiliência institucional no contexto da cafeicultura cooperativa.

A análise das ações das cooperativas de café, como Expocacer e Cooxupé, utiliza metodologias alinhadas com as recomendações de Andrade (2002), Creswell (2010) e Gil (2008), priorizando rigor metodológico e triangulação de fontes para assegurar representatividade dos dados sociais, econômicos e de governança. Os relatórios públicos citados se aproximam das práticas defendidas por Richardson (1999) sobre clareza, transparência e democratização dos dados nas pesquisas sociais aplicadas ao cooperativismo.

As ações descritas pelos relatórios de sustentabilidade e anuários do setor refletem diretamente princípios cooperativistas abordados pelo (ICA, 2012), da lei nº 5.764/1971 (Brasil, 1971) e autores como Cunha *et al.* (2021) que abordam a participação democrática, autonomia, preocupação com a comunidade e intercooperação, evidenciados por comitês de governança, políticas estratégicas de ESG e programas de desenvolvimento humano e social.

As cooperativas destacadas vêm expandindo iniciativas de transparência e responsabilidade socioambiental, elementos discutidos por Baraibar-Diez; Sotorrió (2018), Oliveira; Silva (2023) e Magalhães *et al.* (2025), por meio da obtenção de selos, realização de inventários de gases de efeito estufa e ações socioeducativas, o que reforça o papel das práticas ESG sobre reputação e performance econômica.

A literatura sobre governança cooperativa, como Krug; Padula; Waquil (2024), Silva *et al.* (2023) e Ruano (2021), encontra sólido respaldo nos dados do setor: o crescimento expressivo de receitas, sobras (lucros) e exportações decorre da adoção de estruturas modernas, profissionalização da gestão e alinhamento ao tripé da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), conforme abordam Slaper; Hall (2010) e Schneider (2015).

A articulação entre performance financeira e responsabilidade ambiental/social dialoga com teoria e prática da sustentabilidade (Burghelea, 2012; Collier, 2020; Emas, 2014; FAO,

2020), mostrando que o cooperativismo brasileiro tem sido vetor relevante para a realização dos ODS e para a promoção do desenvolvimento local/regional pela cafeicultura.

As experiências de governança, inovação e gestão participativa observadas nas cooperativas de café exemplificam a operacionalização dos referenciais doutrinários e normativos do setor. Dessa forma, a realidade do cooperativismo cafeeiro brasileiro em 2024-2025 pode ser compreendida como uma convergência entre fundamentos clássicos da área, princípios universais do cooperativismo e a implementação concreta de políticas, estratégias e resultados referenciados pela literatura acadêmica e por documentos oficiais citados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados a partir dos relatórios de sustentabilidade e ESG das cooperativas de café em 2024 indicam que o objetivo da análise foi plenamente atendido. Os dados extraídos dos documentos oficiais revelam avanços significativos em governança, práticas de sustentabilidade e desempenho econômico robusto das cooperativas estudadas, como Expocacer e Cooxupé.

Os principais resultados evidenciaram modelos de governança profissionalizados e estruturados, com participação democrática dos cooperados, adoção de políticas claras de compliance, transparência e proteção de dados, além de expressivo crescimento econômico, incluindo aumento das exportações e distribuição de sobras entre os cooperados. Ademais, destacou-se a incorporação de práticas ESG, com comitês dedicados, treinamentos e auditorias constantes, demonstrando compromisso com os princípios cooperativistas e os ODS.

Este artigo pode trazer um diferencial importante ao integrar uma análise aprofundada e atualizada dos modelos de governança e práticas ESG de cooperativas de café brasileiras referências, como Expocacer e Cooxupé, contextualizando essas práticas dentro da agenda global dos ODS. Diferentemente de muitos estudos que tratam isoladamente da governança ou dos aspectos econômicos, este trabalho conecta de forma sistêmica os resultados evidenciados nos relatórios de sustentabilidade com fundamentos teóricos robustos do cooperativismo, sustentabilidade e gestão.

Sua contribuição principal está em oferecer um panorama contemporâneo que une aspectos práticos e teóricos, proporcionando compreensão clara sobre como práticas de governança profissionalizada, transparência, responsabilidade social e ambiental são operacionalizadas no contexto real das cooperativas, sobretudo na cafeicultura regional do Brasil. Além disso, destaca como tais práticas impactam positivamente o desenvolvimento

econômico local, fortalecendo o papel do cooperativismo como agente de inclusão social, sustentabilidade econômica e ambiental.

Ademais, o artigo serve como referência para gestores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas ao demonstrar evidências empíricas recentes e detalhadas que evidenciam os benefícios competitivos e socioambientais da adoção de estratégias ESG e governança eficiente no setor cooperativo agroindustrial, estimulando aprimoramentos e inovação no setor. Por fim, contribui para a ampliação do conhecimento acadêmico sobre a conexão entre princípios cooperativos e sustentabilidade, apontando caminhos futuros para investigação e aprimoramento prático das cooperativas.

Do ponto de vista prático, essas evidências fornecem subsídios para que outras cooperativas busquem a profissionalização, a transparência e governança ética como pilares de sustentabilidade e competitividade. No âmbito teórico, a pesquisa contribui para o diálogo entre as bases doutrinárias do cooperativismo, abordagens contemporâneas de gestão e os desafios do desenvolvimento sustentável. Socialmente, os resultados reforçam a importância do cooperativismo como instrumento de inclusão, geração de renda e fortalecimento comunitário.

Entretanto, algumas limitações merecem destaque: a dependência exclusiva de dados secundários oriundos de relatórios publicados pode restringir a profundidade da análise qualitativa e a capacidade de capturar nuances das dinâmicas internas das cooperativas; além disso, a periodicidade anual dos relatórios pode não refletir mudanças ágeis do contexto econômico e climático que impactam o setor.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos de campo e entrevistas com cooperados e gestores para aprofundar o entendimento sobre os desafios enfrentados na implementação das práticas ESG e governança; também é recomendada a análise longitudinal para avaliar a evolução dos impactos socioeconômicos e ambientais dos modelos adotados. Além disso, explorar conexões entre inovação tecnológica, cooperativismo e mercados internacionais pode ampliar a compreensão das estratégias de competitividade sustentável.

Assim, a análise dos relatórios de 2024 não só ratifica a relevância do cooperativismo sustentável para o desenvolvimento regional e agroindustrial, mas também aponta caminhos para amplificação de práticas e pesquisa acadêmica no setor.

REFERÊNCIAS

ALMARAZ, Victoria Pacheco *et al.* La asociación cooperativa como factor de sostenibilidad del sistema cafetalero en comunidades marginadas. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, p. 125–150, 17 jun. 2019.

ANDRADE, Maria Margarida De. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ARDELEANU, Georgian; PETRARIU, Radu. Sustainable Development Strategies. **Economics of Agriculture**, v. 54, p. 54–59, 2012.

BARAIBAR-DIEZ, Elisa; SOTORRÍO, Ladislao Luna. O efeito mediador da transparência na relação entre responsabilidade social corporativa e reputação corporativa. **Revista Brasileira de Gestao de Negocios**, v. 20, n. 1, p. 5–21, 2018.

BARRERA, Óscar M.B.; GUTIÉRREZ, Nelson G.; OROZCO-BLANCO, Dayana. Characterization and differentiation of coffee from infrared spectroscopy. **Revista U.D.C.A Actualidad and Divulgacion Cientifica**, v. 22, n. 1, p. 1, 1 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm>. Acesso em: 02 jul. 2025.

BRIDI, Angelita Pezzi Pasqualon; MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan. Cooperativas e sustentabilidade sob o prisma acadêmico: um levantamento dos trabalhos nos últimos 20 anos. **Saber Humano**, v. 8, n. 12, p. 70–91, 2018.

BURGHELEA, Cristina. The Sustainable Development Model. **Theoretical and Applied Economics**, v. 570, n. 5, p. 125–136, 2012.

CAMARGO, Fernanda Braga Royer *et al.* O cooperativismo e a promoção do desenvolvimento sustentável: práticas em uma cooperativa de crédito. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, p. 1–21, 16 out. 2024.

CARVALHO, André Cutrim *et al.* Panorama e importância econômica do café no mercado internacional de commodities agrícolas: uma análise espectral. **Agroecossistemas**, n. 9, p. 223–222, 2017.

CCCMG. **Café da Região do Cerrado Mineiro registra crescimento de 160%**. Disponível em: <<https://cccmg.com.br/destaque-2/cafe-da-regiao-do-cerrado-mineiro-registra-crescimento-de-160-na-certificacao-de-origem-em-2024/>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

CLIMATE BONDS INITIATIVE. **Unlocking Brazil's Green Investment Potential for Agriculture 2020**. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/353526028>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COLLIER, Peter. **Embedding the sustainability development goals in Survey Review's remit**. **Survey Review**. [S.l.]: Taylor and Francis Ltd. , 3 jul. 2020

COOK, M.; BURRESS, M. **A Cooperative Life Cycle Framework**. Columbia: Working Paper, University of Missouri, 2009. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/228545021>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COOXUPÉ. **A Cooxupé**. Disponível em: <<https://www.cooxupe.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

COSTA, Alexandre. **Editorial O cooperativismo impulsionando a produção de café no Brasil**. Disponível em: <<https://cncafe.com.br/editorial-o-cooperativismo-impulsionando-a-producao-de-cafe-no-brasil/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CUNHA, Viviane Cristina Da *et al.* **Análise Dos Princípios Do Cooperativismo Aplicados Nas Cooperativas De Crédito**. 7 mar. 2021, Sertãozinho: Fatec Sertãozinho, 7 mar. 2021. p. 302–312.

DUTT, Sunil. An analytical study of sustainable development goals. **International Journal of Political Science and Governance**, v. 4, n. 1, p. 146–148, 2022.

EMAS, Rachel. **The Concept of Sustainable Development: Definition and Defining Principles**. 2014. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5839GSDR%202015_SD_concept_definiton_rev.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

EXPOCACCER. **Expocaccer: 30 Anos Inovando e Transformando a Cafeicultura do Cerrado Mineiro**. Disponível em: <<https://expocacer.com.br/expocaccer-30-anos-inovando-e-transformando-a-cafeicultura-do-cerrado-mineiro/>>. Acesso em: 31 ago. 2025.

FAÉ, Gabriela Maria; DEGGERONE, Zenicléia Angelita. Cooperação e desenvolvimento sustentável: As práticas da agenda 2030 adotadas por uma cooperativa de crédito. **Revista Brasileira de Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 24, 16 ago. 2024.

FAO. **Transforming Food and Agriculture to Achieve the SDGs**. Rome: [s.n.], 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; SOUZA, Renato Santos De. Da origem ao cisma: O cooperativismo agrícola brasileiro e o dualismo representativo. **Revista Pegada**, v. 22, n. 2, p. 152–184, 2021.

HUB DO CAFÉ. **Entenda o que é o cooperativismo e como funciona esse modelo de negócio**. Disponível em: <<https://hubdocafe.cooxupe.com.br/entenda-o-que-e-o-cooperativismo-e-como-ele-funciona/>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ICA. **Cooperatives for 2030 campaign**. Disponível em: <<https://2025.coop/>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

ICA. **International Co-operative Alliance Statement on the Co-operative Identity**. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <<https://www.un.org/en/events/coopsyear/about.shtml>>. Acesso em: 17 ago. 2025.

IYER, Balasubramanian. Cooperatives and the sustainable development goals. In: ALTMAN, M. *et al.* (Org.). **Waking the Asian Pacific Co-Operative Potential**. [S.l.]: Academic Press, 2020. p. 59. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/B978012816666...>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

KRUG, Andrea Urack; PADULA, Antonio Domingos; WAQUIL, Paulo Dabdab. Práticas de sustentabilidade ESG, desempenho econômico, princípios do cooperativismo e ODS nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Agronegócio - REA**, v. 22, n. 1, p. 1–22, 2024.

MAGALHÃES, Andréia Oliveira *et al.* Benefícios e desafios da implementação de práticas ESG em cooperativas: Uma análise do contexto brasileiro. **International Journal of Professional Business Review**, v. 10, n. 1, p. 1–24, 2025.

MATOS, Monira; LIMA, José Raimundo; SANTOS, Wescley de Oliveira. Cooperativismo: o caso da COOPROAF no Território Médio Rio das Contas-BA. **Revista das ITCPs**, v. 2, n. 1, p. 116–131, 2022.

MLADENATZ, G. **História das Doutrinas Cooperativa**. Brasília: Confedbras, 2003. Acesso em: 19 ago. 2025.

NAZARUDDIN, M *et al.* The Roles of Cooperatives in Stabilizing Coffee Prices in Disruptive Era. **Advances in Social Science, Education and Humanities Research**, v. 648, 2022.

NEVES, Mateus de Carvalho Reis; CASTRO, Lucas Siqueira; FREITAS, Carlos Otavio. The impact of cooperatives on brazilian agricultural production: A spatial econometric analysis. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 559–576, 2019.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2024**. Disponível em: <<https://somoscooperativismo.coop.br/anuario>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

OLIVEIRA, Pedro Paulo De; SILVA, Reidene de Oliveira. ESG no impacto social das cooperativas. **REVICOOP**, v. 4, n. 1, p. 105–120, 2023.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S.l: s.n.], 2015.

PIRES, M. L. L. S. **Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro e internacional**. Recife: Bagaço, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUANO, Antonio José Macias. El socio de cooperativa y el de sociedad de capital, puntos de divergencia y convergencia en torno a los principios que dirigen la dinámica interna cooperativa. Libre adhesión, control democrático y participación económica del socio. **Revista Jurídica de Economía Social y Cooperativa**, v. 2021, n. 38, p. 217–260, 2021.

SCHNEIDER, José Odelso. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94–104, 16 abr. 2015.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, Iván G. Peyre. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, v. 23, n. 1, p. 99–116, 2004.

SILVA, Amanda Aparecida Carletto Da *et al.* **Princípios Cooperativistas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: Uma pesquisa sobre o SICREDI. 2022, São Paulo: [s.n.], 2022. p. 1–16. Disponível em: <<https://www.ica.coop/en/cooperatives/what-is-a-cooperative>>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SILVA, E. S. *et al.* Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. *uniRcoop*, v. 1, n. 2, p. 75–102, 2003.

SILVA, P. R. *et al.* A relação entre os mecanismos de governança e as práticas de responsabilidade social em cooperativas gaúchas. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 17, n. 8, p. 1–16, 2023.

SISTEMA OCEMG. **Anuário de Informações Econômicas e Sociais do Cooperativismo Mineiro 2025**. Belo Horizonte: [s.n.], 2025a.

SISTEMA OCEMG. **Relatório de Atividades 2024**. Belo Horizonte: [s.n.], 2025b.

SISTEMA OCEMG. **Relatório de Sustentabilidade 2023-2024**. Belo Horizonte: [s.n.], 2025c.

SLAPER, Timothy F; HALL, Tanya J. **The Triple Bottom Line: What Is It and How Does It Work?** Indiana: [s.n.], 2010.

SOUZA, Murilo Mendonça. O Movimento Cooperativista No Brasil: Uma Reflexão Sobre Formação, Desenvolvimento E Perspectivas. **Caminhos da Geografia**, v. 10, n. 30, p. 65–78, 2009.

TAVARES, Beatriz Carvalho; OLIVEIRA, Alini Nunes. A oferta de Turismo de Cafés pela perspectiva dos(as) cafeicultores(as) brasileiros(as). **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 21, n. 3, p. 551–562, 1 jun. 2023.

TOLEDO, Eli Fernando. Cafeicultura e desenvolvimento territorial: as cooperativas de café no sul de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 264–280, 2019.

VARTAN, Julio. Coffee Cultivation and Industry in Brazil: A Comprehensive Review. **International Journal of Science and Society**, v. 5, n. 3, p. 2023, 2023. Disponível em: <<http://ijsoc.goacademica.com>>.

WILLERS, E. M. **Cultura Associativa: A gênese do cooperativismo agropecuário de alimentos da mesorregião oeste paranaense**. 2015. 1–159 f. Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus Toledo, Toledo, 2015.